

Relator prevê impasse se emenda não for modificada

BRASÍLIA — O Relator da Comissão Mista que examina a convocação da Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), advertiu ontem o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, e o Líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga, para o risco de o Congresso, já desgastado perante a opinião pública, aprovar a convocação da Constituinte como foi proposta pelo Governo — atribuição de poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986 — em choque com a sociedade, que prefere a Constituinte exclusivamente com a missão de elaborar a Nova Constituição.

Bierrenbach destacou que no Brasil as instituições políticas são muito frágeis para enfrentar um impasse da natureza do que irá se estabelecer caso o Congresso aprove a emenda do Governo sem modificações.

— Se o Congresso não for sensível à sociedade, corre-se o risco de um hiato entre as forças políticas e a Nação e não se pode prever o desfecho disso — afirmou, em reunião na casa do Presidente da Câmara.

O Relator acha que cabe aos Líderes partidários, ao Executivo e ao Congresso encontrar uma saída conciliatória. Para ele, a única opção viável até agora é a proposta de eleição de delegados constituintes, apresentados pelos partidos, mas com a tarefa específica de elaborar a Nova Constituição.

Esses delegados, de acordo com estudos de Bierrenbach, teriam peso proporcional ao eleitorado de cada Estado, o que significa, na prática, a revogação de um dos itens do “pacote de abril” — que resultou na sub-representação dos Estados mais populosos e na super-representação dos menos populosos. Ulysses e Pimenta ponderaram que isso provocaria forte reação das bancadas do Norte e do Nordeste.

Bierrenbach considerou possível, do ponto de vista técnico-jurídico, a rejeição da emenda do Deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) que anistia os punidos por legislação revolucionária ou responsáveis por atos decorrentes de motivação política. A emenda beneficia 96 oficiais com a reintegração às Forças Armadas.

O Relator argumentou que a anistia deveria ser proposta através de lei ordinária, porque não tem qualquer vínculo com a Constituinte. Bierrenbach alega que os problemas principais são a reintegração dos oficiais — tecnicamente desatualizados — e o pagamento dos salários não recebidos, que, só no Exército, chegam a Cr\$ 3 bilhões.

Pimenta da Veiga admitiu que a emenda encontra resistências na área militar e que, por isso, estaria “engasgada”. O Líder do PMDB na Câmara não acredita em impasse e informou que se discute uma fórmula conciliatória.